

ESTRATÉGIAS DE PREPARAÇÃO DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO PARA O MERCADO DE TRABALHO: ODS 4 E 8

Bruno Noronha Ferreira

Isabelle Martins de Andrade

Mayara Maria da Costa Santos

Renato Moraes Souza Santos

Matheus Almeida Pereira

Leandro Inhesta Rodrigues da Silva

Areta Lucia da Silva

RESUMO: A transição dos jovens para o ambiente laboral e a busca por oportunidades representam um desafio complexo no cenário educacional e socioeconômico brasileiro, fortemente marcado por desigualdades estruturais que limitam o acesso a postos de trabalho qualificados e ampliam a vulnerabilidade social. Este trabalho tem como finalidade analisar o processo de inserção dos estudantes do ensino médio público no mercado de trabalho sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 8, buscando conectar a formação escolar com as reais exigências do setor produtivo e das políticas vigentes. A metodologia foi realizada por meio de uma abordagem básica e exploratório-descritiva, utilizando a pesquisa bibliográfica e o levantamento sistemático da produção científica publicada entre os anos de 2015 e 2025. Conclui-se que o ingresso qualificado e digno desses jovens depende de uma articulação robusta entre o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, o fortalecimento institucional e a efetivação de políticas públicas integradas que promovam a equidade e superem as barreiras curriculares e estruturais.

Palavras-chave: qualificação profissional; inclusão produtiva; políticas públicas; agenda 2030; empregabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A transição dos jovens do ensino médio público para o mercado de trabalho representa um dos desafios mais complexos da realidade educacional e social brasileira. Esse problema envolve múltiplas dimensões, e os jovens enfrentam desigualdades estruturais, tanto educacionais quanto socioeconômicas, que limitam o acesso a oportunidades de formação e emprego, reforçando ciclos de precarização.

Estudos como os de Frigotto e Ciavatta (2003) e Abramo e Branco (2005) demonstram que o sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino médio, historicamente reproduz desigualdades, enquanto o mercado de trabalho opera de modo excludente, exigindo experiência prévia e múltiplas competências que nem sempre são desenvolvidas no ambiente escolar.

Nesse cenário, compreender e articular a educação formal e não formal, as políticas públicas de qualificação e a relação entre escola, Estado e setor produtivo torna-se essencial para promover estratégias eficazes de preparação juvenil. A relevância deste estudo repousa justamente na necessidade de identificar caminhos possíveis para superar barreiras e aproximar o jovem da formação integral, crítica e emancipadora, conforme defendem Fernandes (2007) e Souza et al. (2024). Assim, investigar o tema contribui para o debate sobre políticas educacionais, inclusão produtiva e desigualdade social.

A formulação de políticas de capital humano deve fundamentar-se em evidências concretas. O diagnóstico pré-pandemia já sinalizava um déficit estrutural: em 2019, o Brasil ocupava a 12ª posição global em desocupação juvenil (22,4%), com uma taxa de participação na força de trabalho de 63,9%. Contudo, os números agregados mascaram disparidades regionais que inviabilizam soluções genéricas.

Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego confirmam uma desigualdade alarmante: enquanto Santa Catarina apresenta uma taxa de informalidade juvenil de 19,3%, o estado do Maranhão atinge a marca de 71,9% (Brasil, 2025). Essa assimetria exige uma regionalização das políticas públicas de inclusão produtiva. Observa-se, ainda, que a vulnerabilidade é inversamente proporcional à idade, ou seja, a informalidade atinge 84% dos jovens até 17 anos e

48,6% na faixa de 18 a 24 anos (Lima; Sales, 2022).

A formulação de projetos educacionais voltados a jovens oriundos do ensino médio público, especialmente em grandes centros urbanos como São Paulo, deve considerar a articulação entre permanência escolar, qualificação profissional e desenvolvimento de competências cidadãs, alinhando-se às políticas públicas já existentes no Brasil. A urgência em mapear a qualificação juvenil na capital paulista acentua-se diante do dado de que o estado de São Paulo concentra aproximadamente 20% da mão de obra jovem nacional (Brasil, 2025).

No entanto, o ingresso desse contingente no mercado formal enfrenta a barreira da defasagem curricular: enquanto o setor produtivo exige competências avançadas para lidar com a automação de funções administrativas e de escrituração, a base comum do ensino médio público não fornece o suporte técnico necessário. Os indicadores de desempenho escolar reforçam a existência de uma lacuna entre a aprovação formal e a proficiência real necessária para o setor técnico.

Embora as taxas de aprovação no ensino médio em São Paulo superem os 93% (Qedu, 2024), a média obtida no SARESP permanece em 290 pontos, abaixo do patamar considerado adequado de 300 pontos (São Paulo, 2024). Essa insuficiência no domínio de competências básicas limita a capacidade do jovem de absorver formações técnicas mais complexas, corroborando a percepção de 31% dos jovens que buscam currículos mais voltados ao aprendizado de uma profissão (Itaú Educação e Trabalho, 2024).

Contudo, programas federais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) demonstram a relevância da integração entre educação e mercado de trabalho, ao ampliar o acesso ao ensino técnico e à formação inicial e continuada, com impacto direto na empregabilidade e geração de renda dos jovens (Sá, 2016; Silva; Moura, 2022). Complementarmente, iniciativas como o Projovem Trabalhador evidenciam a importância de projetos de curta duração baseados em competências, frequentemente executados por meio de parcerias público-privadas, com foco na inserção produtiva e na formação de sujeitos críticos (Oliveira, 2015).

No âmbito da permanência escolar, políticas recentes como o Programa Pé-

de-Meia reforçam estratégias de incentivo financeiro para reduzir a evasão e promover a conclusão do ensino médio, contribuindo para a equidade educacional e mobilidade social (Brasil, 2024). Além disso, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com programas como Mediotec e Novos Caminhos, atuam em cooperação com estados e municípios para expandir a oferta de educação técnica integrada ao ensino médio, fortalecendo a política nacional de educação profissional (Brasil, 2026).

Em paralelo, projetos de formação cidadã, como o Parlamento Jovem Brasileiro e o Programa Jovem Senador, contribuem para o desenvolvimento de competências políticas e participação social entre jovens, ampliando o escopo educacional para além da dimensão produtiva (Câmara dos Deputados, 2026; Senado Federal, 2026). Segundo Gomes (2025), o ingresso no mercado durante recessões gera perdas salariais e de progressão por até uma década. Todavia, a evidência demonstra que o ensino superior atua como um escudo protetor que pode amenizar a "cicatriz dos jovens" de baixa qualificação — punidos severamente pelas desigualdades — enquanto preserva as trajetórias da elite educacional.

Dessa forma, a pesquisa contribui ao fornecer uma análise fundamentada sobre desafios, competências exigidas, recursos disponíveis e articulações possíveis entre formação educacional e trabalho decente em alinhamento com o ODS 4 e o ODS 8. Em um contexto marcado por desigualdade urbana, transformações tecnológicas e precarização laboral, investigar tais estratégias é fundamental para ampliar o acesso dos jovens a oportunidades produtivas e de inclusão social.

O objetivo deste trabalho é analisar a transição de jovens egressos do ensino médio público para o mercado de trabalho, estabelecendo um comparativo crítico entre as competências ofertadas pela rede estatal e as exigências contemporâneas do setor produtivo, bem como os desafios socioemocionais e governamentais que influenciam essa integração. Pretende-se, ainda, mapear as políticas públicas de fomento e as ferramentas tecnológicas de livre acesso capazes de mitigar as lacunas formativas. Por meio desse diagnóstico, a investigação consolida um referencial teórico que não apenas evidencia as barreiras estruturais da inserção laboral juvenil, mas propõe estratégias práticas e fontes de educação formal e não formal para o aprimoramento do currículo e da empregabilidade desses

indivíduos.

Nesse sentido, busca-se identificar os principais desafios que dificultam a integração dos jovens no mercado de trabalho, analisar as competências técnicas e socioemocionais atualmente demandadas pelo setor produtivo e mapear políticas públicas e recursos acessíveis que possam contribuir para o fortalecimento dessa transição entre escola e trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Paradigma do Desenvolvimento Endógeno e Territorial

Para compreender de que maneira esses desafios e demandas se relacionam com políticas globais de educação e trabalho, torna-se necessário aprofundar a análise dos ODS 4 e 8, cujas metas orientam tanto a formação dos jovens quanto sua inserção no mercado profissional.

Observam-se algumas ações decorrentes da implementação dos ODS 4 e 8 na sociedade, como o desenvolvimento da aprendizagem de forma relevante e eficaz, a garantia de acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e a educação pré-escolar, a assegurar da educação técnica profissional e superior de qualidade a homens e mulheres, e o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho (Camillo; De Castro Filho, 2019).

Outras decorrências da implementação do ODS 4 e 8 na sociedade podem ser: a eliminação da disparidade de gênero na educação, bem como a inclusão de pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; a garantia do desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; a aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; a construção e melhoria das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; a ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; o aumento do número de professores qualificados e a formação docente continuada.

Vamos aprofundar a compreensão do tema a partir da concepção contemporânea de desenvolvimento que transcende o crescimento econômico, englobando a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida. Neste sentido, o paradigma da Endogeneização (Ipea, 2019; Amaral Filho, 2019) é central, pois propõe que o desenvolvimento deve ser impulsionado por fatores internos, mobilizando recursos, capacidades e instituições locais. Tal abordagem de Desenvolvimento Territorial exige uma Governança Local eficaz, capaz de transformar as especificidades regionais em vetores de progresso.

Essa perspectiva encontra seu alicerce na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IBGE, 2023), que fornecem o arcabouço global para a ação e o monitoramento de políticas públicas. A relevância dos ODS é prática, atuando como um sistema de informação para orientar o desenvolvimento. Contudo, Oliveira (2020) alerta para o descompasso entre a teoria e a aplicação das políticas de desenvolvimento no Brasil, o que reforça a necessidade de ancorar as estratégias locais em metas universais e mensuráveis, como os próprios ODS.

2.2 Os ODS 4 e 8 no Novo Cenário do Trabalho

Partimos para um ponto de análise sobre a preparação dos jovens para o mercado de trabalho que está diretamente ligada a dois eixos centrais da Agenda 2030: o ODS 4 – Educação de Qualidade (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) e o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos).

O desafio de cumprir essas metas é agravado pelo Novo Cenário do Trabalho, marcado pela Economia Disruptiva e pela intensificação da precarização (Silva, 2020). A automação e as novas plataformas têm substituído postos de trabalho e exigido que o Direito do Trabalho se adapte para garantir a dignidade em face da vulnerabilidade do emprego.

2.3 Políticas Públicas de Inclusão e o Desenvolvimento de Competências

Nesse contexto, a formação de capital humano no Ensino Médio Público é a principal estratégia para alinhar o jovem aos requisitos dos ODS 4 e 8. Os

Programas de Inclusão e Experiência e iniciativas como o Programa Jovem Aprendiz (PJA) demonstram impacto positivo na empregabilidade e eficácia juvenil (Fernandes, 2007), ao garantir que o trabalho ocorra em condições decentes e articuladas com a escolarização. O PJA é um exemplo de política pública que busca concretizar a meta do ODS 8 de promover o emprego produtivo.

Agrega-se a este raciocínio o Desenvolvimento de Competências: a Educação Empreendedora (Souza; Vázquez, 2015) complementa a formação técnica ao focar em competências transversais exigidas pelo ODS 4 e para o trabalho decente. Ao promover a criatividade, inovação e autoconsciência, e estimular a "empreendizagem", essa abordagem prepara o jovem não apenas para conseguir um emprego, mas para ser um agente ativo e adaptável no mercado, fomentando o protagonismo.

2.4 Desigualdade Urbana e Desafios Estruturais da Educação

A eficácia das estratégias de preparação para o trabalho é desafiada pela desigualdade urbana, que afeta desproporcionalmente os jovens do Ensino Médio Público em periferias. A precariedade da infraestrutura, como o transporte público deficiente (Periferia em Movimento, 2024), impõe barreiras de acesso a oportunidades, consumindo tempo e energia que poderiam ser dedicados à formação e ao desenvolvimento profissional, limitando, na prática, o alcance dos ODS 4 e 8. O tempo perdido em longos deslocamentos (até 6 horas por dia) aprofunda a desigualdade e compromete a qualidade de vida.

Nesse cenário, a qualidade da educação – em todas as modalidades – é fundamental. Lixandrão e Branchi (2020) trazem uma reflexão crucial para o Ensino Médio: a qualidade não é prejudicada pela massividade, mas sim pela falha no suporte institucional, técnico e pedagógico (como o *feedback* do professor). A performance dos jovens no mercado de trabalho brasileiro mostra que a elevada taxa de desocupação não decorre apenas de flutuações econômicas, mas também da desorganização estrutural entre a formação escolar e as exigências de produtividade das empresas.

Segundo Feijó e Peruchetti (2023), os dados indicam que há uma diferença entre as habilidades desenvolvidas nas escolas e as exigências do mercado atual,

atuando como uma barreira de entrada, onde a ausência de experiência inicial é agravada por uma formação básica no ensino médio público que nem sempre traduz conhecimentos teóricos em habilidades práticas necessárias pelo setor produtivo. Além disso, a vulnerabilidade dos jovens causada por períodos de crises econômicas acaba direcionando sua concentração para setores de baixa qualificação e com maior rotatividade, dificultando a ascensão na carreira posteriormente, o que reforça a necessidade de políticas de "primeiro emprego" que não se limitem à desoneração fiscal (como descontos em impostos), mas que promovam uma integração efetiva entre o currículo do ensino médio e as trajetórias de carreira técnica e tecnológica.

Portanto, para que o Ensino Médio Público cumpra o seu papel de preparar o jovem para o trabalho decente, é imperativo que as estratégias de formação superem os desafios de infraestrutura e garantam um suporte educacional de excelência. A juventude periférica, portanto, é o foco da intersecção entre o desenvolvimento endógeno, a superação da precarização e o cumprimento dos ODS 4 e 8, sendo o investimento em estratégias de preparação para o mercado de trabalho o principal catalisador para a sua inclusão social e econômica.

3 METODOLOGIA

A metodologia foi estruturada contemplando a classificação, a população e amostra, os instrumentos de coleta, o plano de coleta e a análise de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa, quanto à sua natureza, é classificada como Básica, visando gerar novo conhecimento e compreensão sobre as estratégias de preparação para o mercado de trabalho, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4 e ODS 8). Quanto aos seus objetivos, é Exploratória-Descritiva, buscando maior familiaridade com o fenômeno e a descrição das suas características. Finalmente, em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica, fundamentada na análise e síntese de produção científica preexistente.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população de estudo é constituída por toda a produção científica (artigos, dissertações, teses, livros e documentos oficiais) que aborda as estratégias de preparação de jovens do ensino médio público para o mercado de trabalho e a sua relação com o conceito de trabalho decente (ODS 8), a educação de qualidade (ODS 4) e a precarização da formação e do trabalho. Para a seleção do corpus de análise, será utilizada uma seleção não probabilística, intencional e por critério. A amostra será composta pelos trabalhos selecionados na busca sistemática que atenderem aos seguintes critérios de inclusão, garantindo a relevância e a coerência científica: disponibilidade integral em acesso aberto; publicação em português; abordagem explícita de, no mínimo, dois dos seguintes temas: 'ensino médio público', 'mercado de trabalho', 'preparação de jovens' e 'ODS 4 e/ou ODS 8'; e período de publicação de 2015 até a data de finalização da coleta, delimitando a produção em relação à Agenda 2030.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

O principal instrumento de coleta e organização de dados é o Protocolo de Busca Sistemática e Fichamento/Análise de Conteúdo. Este protocolo abrange: i) um Formulário de Busca Sistemática, que é um roteiro estruturado detalhando os termos-chave e a combinação de operadores booleanos utilizados para rastrear os documentos nas bases de dados; e ii) uma Ficha de Leitura/Fichamento, que é um instrumento semi estruturado para extrair e registrar os dados de cada material selecionado, incluindo: título, autor(es), ano, base teórica, metodologia, principais achados (desafios, estratégias, competências) e a relação com os ODS 4 e 8.

3.4 PLANO DE COLETA DE DADOS

A estratégia de coleta de dados será a busca sistemática em bases de dados científicas abertas, como o Google Acadêmico e outras bases pertinentes (por exemplo, SciELO e repositórios de teses e dissertações). O acesso à população bibliográfica será mediado pela aplicação do Protocolo de Busca, filtrando os resultados do período de janeiro de 2015 a novembro de 2025 (ou até a finalização da coleta) e idioma (português), para então submeter os materiais elegíveis ao fichamento.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados será de natureza qualitativa, seguindo o método de análise e síntese da produção científica (revisão bibliográfica). Os dados extraídos serão agrupados e sintetizados em categorias temáticas que respondem aos objetivos específicos (por exemplo: Desafios e Expectativas de Jovens; Competências Mais Demandadas; Meios e Recursos Educacionais Acessíveis; Relação entre a Preparação Formativa e o Conceito de Trabalho Decente - ODS 4 e 8). O tratamento final consistirá na análise de conteúdo das sínteses das categorias, cruzando-as com o referencial teórico para a interpretação e discussão aprofundada dos achados. O tratamento dos dados será realizado sem o uso obrigatório de softwares estatísticos, focando na codificação e gestão do material em plataformas como o Excel ou softwares de apoio à análise qualitativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise das Disparidades Regionais e o Efeito Cicatriz

A análise dos dados e tendências revela uma reconfiguração profunda no mercado de trabalho juvenil brasileiro, caracterizada pela tensão entre o avanço tecnológico e a persistência de gargalos estruturais históricos. Os dados corroboram a tese de que a desocupação juvenil no Brasil não é um fenômeno homogêneo, mas sim fragmentado por disparidades regionais severas. A amplitude observada na taxa de informalidade — variando de 19,3% em Santa Catarina a 71,9% no Maranhão — indica que o local de nascimento permanece como um determinante crítico das oportunidades de inserção produtiva.

Do ponto de vista teórico, essa disparidade alimenta o chamado "efeito cicatriz". A literatura sugere que o ingresso em mercados precários durante a juventude não é apenas um estágio transitório, mas um fator de depressão salarial a longo prazo. No entanto, os resultados indicam que o ensino superior atua como uma variável moderadora, preservando trajetórias de egressos qualificados enquanto aprofunda o fosso de desigualdade para jovens de baixa escolaridade.

4.2 A Configuração do Mercado: De Vagas a Carreiras Ágeis

A análise da literatura evidencia que o mercado de trabalho contemporâneo passou por uma transformação estrutural significativa, migrando de um modelo baseado na ocupação estável de cargos para um modelo fundamentado na construção de trajetórias profissionais dinâmicas e adaptáveis. Nesse novo contexto, o conceito tradicional de “vaga” perde centralidade e dá lugar à ideia de “carreira ágil”, caracterizada pela necessidade de atualização contínua de conhecimentos, flexibilidade profissional e capacidade de adaptação às constantes mudanças tecnológicas e organizacionais.

A digitalização dos processos produtivos, a automação de atividades administrativas e a expansão da inteligência artificial modificaram profundamente o perfil das competências demandadas pelas empresas. Se anteriormente a formação escolar básica era suficiente para a inserção em diversas ocupações, atualmente observa-se uma valorização crescente de habilidades digitais, raciocínio analítico, resolução de problemas complexos e domínio de ferramentas tecnológicas. Dessa forma, o conhecimento em informática, plataformas digitais, análise de dados e comunicação virtual passou a representar um requisito mínimo para diversas funções de entrada no mercado de trabalho.

Entretanto, os resultados demonstram que grande parte dos jovens oriundos do ensino médio público ainda enfrenta dificuldades para acompanhar essa transformação. Conforme apontam Feijó e Peruchetti (2024), existe uma lacuna persistente entre as competências desenvolvidas durante a educação básica e aquelas efetivamente exigidas pelo setor produtivo. Essa desconexão limita a competitividade dos jovens em processos seletivos e dificulta a transição entre escola e trabalho.

Além das competências técnicas, destaca-se a crescente importância das chamadas competências socioemocionais. Características como autonomia, colaboração, criatividade, inteligência emocional, comunicação interpessoal e capacidade de aprendizagem contínua tornaram-se diferenciais relevantes em um mercado marcado pela volatilidade e pela inovação permanente. Nesse sentido, a formação integral proposta pelo ODS 4 ultrapassa a simples transmissão de conteúdos curriculares, abrangendo o desenvolvimento de capacidades que permitam ao indivíduo atuar de forma crítica, produtiva e sustentável ao longo da vida.

Os programas públicos de qualificação profissional, como o Programa Jovem Aprendiz e o PRONATEC, representam iniciativas importantes para reduzir essa distância entre educação e trabalho. Contudo, a literatura analisada sugere que tais políticas ainda enfrentam limitações relacionadas à atualização curricular, à articulação com as demandas regionais e à velocidade das transformações tecnológicas. Em muitos casos, os cursos ofertados não acompanham integralmente as exigências emergentes dos setores econômicos mais inovadores, reduzindo seu potencial de inserção profissional sustentável.

Outro aspecto identificado refere-se à crescente valorização do conceito de aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*), amplamente defendido pela Agenda 2030. Nesse paradigma, a qualificação profissional deixa de ser compreendida como uma etapa concluída ao final da escolarização e passa a ser entendida como um processo contínuo de desenvolvimento. A capacidade de aprender, desaprender e reaprender torna-se um ativo estratégico para a empregabilidade, especialmente entre os jovens que ingressam em um mercado de trabalho sujeito a rápidas mudanças tecnológicas.

Assim, os resultados indicam que a preparação dos jovens do ensino médio público para o mercado de trabalho requer uma revisão das estratégias educacionais e de qualificação profissional, fortalecendo a integração entre escola, setor produtivo e políticas públicas. Tal articulação é fundamental para que os objetivos do ODS 4 (Educação de Qualidade) e do ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) sejam efetivamente alcançados, promovendo não apenas o acesso ao emprego, mas também a construção de trajetórias profissionais sustentáveis, inclusivas e compatíveis com as demandas da economia contemporânea.

4.3 A Uberização, Pejotização e o Precariado Digital

Um dos achados mais significativos refere-se à "uberização" como porta de entrada ao mercado para jovens em vulnerabilidade. A análise revela uma ambivalência sociológica: por um lado, o "trabalhador *just-in-time*" encontra na plataforma um mecanismo de consumo imediato e uma sensação de autonomia frente a um mercado formal excludente. Por outro, o "panóptico algorítmico" e a

gamificação do trabalho transferem o risco operacional e o desgaste psíquico integralmente ao indivíduo. A "pejotização" e a expansão do MEI entre jovens sugerem uma mutação na relação de emprego, onde o empreendedorismo é, muitas vezes, uma estratégia corporativa de redução de custos e erosão de proteções sociais, configurando o que a literatura denomina como "precariado digital".

4.4 Estratégias de Fortalecimento da Aprendizagem

O investimento em pré-aprendizagem e a desburocratização da gestão de aprendizagem demonstram que a eficácia da inclusão produtiva depende da proximidade territorial e da articulação com o terceiro setor. A migração de um modelo punitivo de cotas para um modelo de incentivo à produtividade é o caminho para transformar a aprendizagem profissional em um investimento estratégico para as empresas, mitigando o risco moral e elevando o capital humano nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões geradas pelos resultados do estudo, evidencia-se que a transição de jovens do ensino médio público para o mercado de trabalho exige respostas estruturadas que superem a simples aprovação formal e alcancem a proficiência real demandada pelo mercado contemporâneo. Diante disso, respondendo às questões de pesquisa e confrontando o que se obteve com os objetivos inicialmente estabelecidos, constata-se uma lacuna evidente entre o currículo escolar tradicional da rede pública e as necessidades técnicas e socioemocionais do setor produtivo.

Para mitigar essas lacunas formativas e assegurar o cumprimento dos preceitos estabelecidos nos ODS 4 e ODS 8, necessitamos de um projeto educacional robusto em nível municipal, estadual e federal que integre três eixos estruturantes: qualificação técnica articulada ao mercado de trabalho, políticas de permanência e incentivo financeiro, e formação cidadã e crítica. Esta abordagem integrada garante não apenas a inserção profissional, mas também o desenvolvimento integral do jovem enquanto sujeito social. Trata-se de uma intervenção urgente que conecte educação, tecnologia e seguridade social para que o país evite consolidar uma "década perdida" para a produtividade e a dignidade da

juventude periférica.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>. Acesso em: 09 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. **Institui o Programa Pé-de-Meia**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14818.htm. Acesso em: 09 jun. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parlamento Jovem Brasileiro**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/o-que-e-o-parlamento-jovem-brasileiro>. Acesso em: 09 jun. 2026.

CAMILLO, Everton; DE CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 340-358, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337>. Acesso em: 09 jun. 2026.

FEIJÓ, Janaína; PERUCHETTI, Paulo. Performance dos jovens no mercado de trabalho. **FGV IBRE**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/performance_dos_jovens_no_mercado_de_trabalho_-_final.pdf. Acesso em: 09 jun. 2026.

FERNANDES, Sandra Faria. **O ensino técnico de nível médio e a inserção dos jovens no mercado de trabalho : o (in)certo futuro**. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação) - Universidade Católica de Santos, 2008. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/130>. Acesso em: 09 jun. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBNt6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2026.

GOMES, A. S. O impacto dos jovens no mercado de trabalho: tendências, desafios e oportunidades. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 19, p. 1-12, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15016092. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/o-impacto-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho-tendencias-desafios-e-oportunidades>. Acesso em: 09 jun. 2026.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE lança publicação sobre os 10 anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Agência de Notícias, Rio de Janeiro, 26 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44860-ibge-lanca-publicacao-sobre-os-10-anos-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 09 jun. 2026.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 4: Educação de Qualidade**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 09 jun. 2026.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 09 jun. 2026.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Pesquisa inédita lança luz sobre os desafios enfrentados pelas jovens fora da escola**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/acontece/pesquisa-inedita-lanca-luz-sobre-os-desafios-enfrentados-pelas-jovens-fora-da-escola>. Acesso em: 09 jun. 2026.

LIMA, Evelyn; SALES, Marcos Vinicius. Situação da juventude brasileira num contexto de extrema flexibilização, “uberização” e desemprego. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 129, p. 131-152, dez. 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/14010>. Acesso em: 09 jun. 2026.

LIXANDRÃO, L.; BRANCHI, B. A. O trabalho decente entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. **Revista Hipótese**, Bauru, v. 7, p. e021018, 2020. DOI: 10.47519/eiaerh.v7.2021.ID27. Disponível em: <https://revistahipoteses.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/27>. Acesso em: 09 jun. 2026.

Ministério da Educação. **Educação profissional e tecnológica**. Brasília: ME, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept>. Acesso em: 09 jun. 2026.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Apresentação: Panorama dos Jovens de 14 a 24 anos**. Brasília: MTE, abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade>. Acesso em: 09 jun. 2026.

OLIVEIRA, Gilson de Sousa. Educação e qualificação de jovens trabalhadores no Brasil: o programa Projovem Trabalhador como modelo de escolarização. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 114–127, 2017. DOI: 10.29148/labor.v1i8.6701. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/6701>. Acesso em: 09 jun. 2026.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Desenvolvimento local: quo vadis?. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, p. 1698-1714, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552068329011>. Acesso em: 09 jun. 2026.

OLIVEIRA, Ramón. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XDscrRPhM9Yk493QMMgWjxC/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2026.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Quando o ônibus atrasa a vida: jovens de Parelheiros enfrentam barreiras diárias para viver a cidade**. Periferia em Movimento, São Paulo, 16 junho 2025. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/mobilidadeparelheiros16052025/>. Acesso em: 09 jun. 2026.

QEDU. **Taxas de Rendimento: São Paulo (Ensino Médio)**. São Paulo: Fundação Lemann, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo/taxas-rendimento>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SÁ, Erivelto Ricardo de. **Políticas públicas de educação profissional**: uma análise do PRONATEC com alunos egressos da escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/711c7aaa-9572-4d4e-9937-b03a9d55173f>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Dados do SARESP: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de SP**. São Paulo: Portal de Dados Abertos da Educação, 2024. Disponível em: <https://dados.educacao.sp.gov.br/story/saresp>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SENADO FEDERAL. **Programa Jovem Senador**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/jovemseador>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SILVA, Cristiane A. Fernandes da. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. **Tempo Social**, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/M9ZFpBkPXBYBZrc9MzJjMRS/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educação e Pesquisa**, v. 48, e240913, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248240913por>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SILVA, José Claudio dos Santos; PONTES, Edel Alexandre Silva. O ensino médio integrado e suas formas: conceitos e questionamentos. **Contemporânea**, v. 3, n. 7, p. 8902-8917, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/954/794>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SOUZA, Davisson; VAZQUEZ, Daniel. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e trabalho. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/cJQVc7BysFcfGyvzTy4QyXm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2026.

SOUZA, Marcio Henrique Francisco de. A educação e a desigualdade social no Brasil: um estudo das influências recíprocas. **Revista Di Fatto**, Joinville, n. 5, 2025. Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/a-educacao-e-a-desigualdade-social-no-brasil-um-estudo-das-influencias-reciprocas/>. Acesso em: 09 jun. 2026.